

Rumo ao #OcupeBrasília

Para afastar Temer e as reformas trabalhista e da Previdência



Milhares de manifestantes participaram do ato na Avenida Paulista convocado após o vazamento de áudios e denúncias contra o presidente; trabalhadores foram às ruas em quase todos os estados

Shuellen Peixoto

Com gritos de “Fora Temer”, manifestantes ocuparam a Avenida Paulista na noite de quinta-feira, 18. O ato que reuniu trabalhadores de diversas categorias, estudantes e movimentos sociais, foi convocado logo após o vazamento de áudios que revelam que Michel Temer (PMDB) teria pedido que a empresa JBS continuasse a dar uma mesada milionária ao ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, preso na Operação Lava-Jato, para comprar o seu silêncio.

A manifestação aconteceu horas depois do pronunciamento de Temer que, apesar dos rumores, afirmou que não iria renunciar. O pronunciamento deixou ainda mais indignados milhares de trabalhadores que foram às ruas em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba, Recife, Brasília, Maceió, Belém e Belo Horizonte, dentre outras cidades.

Os servidores do Judiciário participaram da manifestação na Paulista para exigir a saída do presidente e eleições gerais. “Este governo e o Congresso não têm legitimidade nenhuma

e têm que ser derrubados, e é nas ruas que a classe trabalhadora vai conseguir colocá-los para fora”, afirmou o servidor da JT Ronald Fumagali.

A necessidade de uma greve geral para derrotar as reformas da Previdência e trabalhista foi uma das bandeiras levantadas pelos manifestantes.

“Se Temer não renunciou hoje, foi para ganhar tempo para tentar aprovar as reformas”, declarou Inês. “Mais do que nunca, as centrais precisam chamar uma greve geral de 48 horas, e na semana que vem temos de ocupar Brasília para

mostrar que não vamos permitir retirada de direitos e queremos colocar para fora Temer e todos os corruptos.”

Em Santos, a subsede do Sintrajud ajudou a organizar o “Ato Fora Temer” com diversas entidades sindicais e organizações.

“Vamos cobrar e pressionar até que ele saia e suas contrarreformas trabalhista e previdenciária sejam sepultadas!”, disse o servidor Adilson Rodrigues, da JF Santos. “Toda a categoria está chamada a participar e ajudar a defender seus direitos e dar novo rumo para o nosso país.”

Como foram os 3 anos da atual gestão do Sintrajud
págs. 2 e 3

Como fica seu salário a partir de junho
pág. 4

Eleições do Sintrajud: mais dias e horários
pág. 4

Greve histórica e conquista do reajuste salarial marcaram gestão do Sintrajud

Com muita luta, categoria fez o governo recuar e garantiu a aprovação do projeto salarial



Assembleias da Greve de 2015 pararam a Avenida Paulista



Com a pressão da greve dos servidores, Senado aprova PLC 28



Ato Unificado contra as Reformas de Temer



Novembro de 2015: Boletim Especial anuncia liberação dos Quintos

Em junho de 2014, a atual diretoria do Sintrajud tomou posse no meio de uma greve. Era a continuação de uma luta que já durava quase uma década, contra o congelamento salarial e a precarização das condições de trabalho.

A greve de 2014 foi muito dura: enfrentamos o Judiciário de frente, sob ameaças de multas absurdas e de punição. Nesse mesmo ano garantimos que nenhum servidor fosse punido, ganhamos força para continuar a luta e em 2015 fizemos a maior greve da história do Judiciário Federal.

Em todo o país, o Judiciário parou. Em São Paulo, a categoria aprovou greve por tempo indeterminado em uma assembleia no dia 11 de junho de 2015. A partir de então, o movimento paredista ganhou força em cada setor, vara e cartório eleitoral.

Paramos a Avenida Paulista com milhares de colegas na rua. Foram diversas caravanas a Brasília para pressionar pela aprovação do PLC 28, o projeto que previa a reposição salarial. E foi a força da nossa luta que garantiu a aprovação do projeto no Senado, no dia 30 de junho. No entanto, mesmo com toda a pressão, o projeto foi vetado pela então presidente

Dilma Rousseff (PT).

A garra dos servidores em luta não foi abalada pelo veto e a pressão seguiu até junho de 2016, quando o Senado aprovou o PLC 29, que se tornou a Lei 13.317/16, estabelecendo a reposição salarial para a categoria após quase dez anos em que os salários ficaram praticamente congelados.

O reajuste não é o que se pretendia, mas foi uma grande vitória, fruto da nossa luta, do suor, de lágrimas e até do sangue da categoria – sim, porque a repressão a manifestações nacionais em Brasília em 2015 teve gás de pimenta, cassetetes e sangue de servidores vítimas da ação policial – sob a concordância do STF.

Pressionamos as administrações dos tribunais para garantir que nenhum servidor tivesse desconto salarial em razão das greves realizadas no último período. E garantimos que toda compensação fosse feita por serviço. No caso do TRT-2, tivemos que enfrentar uma longa negociação e a intransigência da então presidente do Tribunal, mas a partir da nossa luta pelo direito de greve conseguimos a compensação por serviço, sem nenhum desconto.

Contra os ataques do governo

Além da luta que garantiu o reajuste salarial da categoria, durante toda a gestão estivemos presentes nas lutas contra todos os ataques dos governos Dilma (PT) e Temer (PMDB). Em unidade com a CSP-Conlutas e com o Fórum dos Servidores Públicos Federais, protagonizamos lutas contra a aprovação da Emenda Constitucional que “congela” os gastos públicos por 20 anos e contra o projeto que estende essa limitação para os estados, precarizando serviços públicos. Também lutamos contra a aprovação da lei que permite terceirizar todas as atividades das empresas e, mais recentemente, contra as absurdas reformas trabalhistas e da Previdência.

Todos esses projetos têm em comum a intenção de retirar direitos dos trabalhadores, em nome do “ajuste fiscal”, e seguir privilegiando o pagamen-

to da dívida pública. A defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores é marca histórica do Sintrajud; por isso estivemos à frente de todas essas lutas, participando de manifestações, organizando caravanas, pressionando o Congresso, etc.

Fomos parte da maior greve geral que este país viu nas últimas décadas. No dia 28 de abril, o Brasil parou e os trabalhadores do Judiciário, junto com metroviários, petroleiros, metalúrgicos, professores, motoristas de ônibus, dentre tantos outros, demonstraram que não aceitarão que nenhum direito seja retirado. Mas o caminho ainda é muito longo; por isso, o Sintrajud e a CSP Conlutas seguem cobrando das demais centrais sindicais uma greve geral de 48 horas, para dar ainda mais força à luta contra os ataques do governo Temer.

Quintos

Uma das maiores vitórias da nossa gestão foi o pagamento dos precatórios dos quintos, uma remuneração adicional paga aos servidores que exerciam função de confiança. Uma lei do governo Fernando Henrique impediu a incorporação dos quintos aos vencimentos a partir de abril de 1998, mas uma tese defendida pelas entidades sindicais possibilitou a incorporação até setembro de 2001.

O pagamento dos retroativos motivou nova guerra judicial, que durou mais de uma década. Até o último momento o governo usou todo tipo de artifício jurídico para tentar bloquear ou atrasar o pagamento.

Os primeiros precatórios foram emitidos em junho de 2014 e em novembro de 2015 os sócios do Sintrajud que têm direito ao passivo finalmente começaram a receber o pagamento.

Reenquadramento

Quando assumimos a direção do Sindicato, em 2014, os servidores da Justiça Federal ainda lutavam para receber o passivo do reenquadramento. A redução da tabela salarial em 2012, de 15 para 13 padrões, havia causado uma distorção nos vencimentos dos servidores. A categoria se mobilizou e o problema foi corrigido no ano seguinte por uma portaria conjunta dos tribunais.

Os valores que deixaram de ser recebidos pelos servidores durante os dez meses em que vigorou

o enquadramento rebaixado (janeiro a outubro de 2013) geraram um passivo trabalhista, pelo qual lutamos nas esferas administrativa e judicial.

Em 2015, alegando falta de recursos, o CJF limitou o pagamento aos servidores que tinham até R\$ 5 mil a receber. Enquanto as entidades sindicais cobravam os órgãos da JF, em São Paulo o Sintrajud pressionava o TRF-3, a fim de obter a quitação integral, finalmente conquistada no final de 2016.

Condições de trabalho

Tivemos que nos mobilizar diversas vezes, em diferentes prédios e cidades, por melhores condições de trabalho. Aliado à piora das condições de trabalho, o ritmo de trabalho ficou mais intenso, pois faltam servidores. O resultado tem sido o adoecimento de muitos colegas, inclusive por doenças emocionais.

Enfrentamos também os casos de assédio moral. Tivemos diretores da atual gestão que foram vítimas dessa perseguição.

Mas o Sintrajud respondeu à altura. Em relação às condições de trabalho, não faltaram denúncias e cobranças às administrações dos tribunais. No TRT-2, garantimos a reunião mensal com o presidente do Tribunal para apresentar todas as demandas da categoria.

O Sindicato também retomou a campanha de combate ao assédio moral, distribuindo uma cartilha sobre o tema. Contamos com a ajuda do psicólogo Daniel Luca, que presta assessoria em saúde do trabalhador para o Sindicato, ampliando o atendimento à categoria. O Departamento Jurídico, por sua vez, prestou centenas de atendimentos, obtendo várias vitórias individuais e coletivas.

Também fomos à luta para enfrentar a deterioração do atendimento oferecido pelos convênios médicos e o aumento das mensalidades. Ao mesmo tempo, o Sintrajud pressionou os tribunais superiores para que mais recursos fossem destinados aos nossos benefícios.

No TRE, demos prioridade à luta pela redução da jornada de trabalho para seis horas e lutamos pela garantia ao direito de organização dos trabalhadores, contra a medida arbitrária do presidente do Tribunal que proibiu a realização de assembleias no prédio da Miquelina. O Sindicato contou nessa luta com o apoio de várias entidades sindicais e da CSP Conlutas. Foram realizados atos em frente ao prédio com a presença dos juizes Marcus Oriene e Souto Maior. Além disso, encaminhamos uma denúncia à OIT e fizemos circular abaixo-assinados entre os servidores.

No Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, o Sindicato lutou também por segurança no prédio. A pressão dos servidores, com o apoio do Sindicato, levou à abertura da licitação para colocar vidros em todo o edifício, garantindo maior segurança para a população e para quem trabalha no Fórum.



2014: ato em defesa do direito de greve em frente ao TRE-Miquelina



Servidores pressionam no Congresso pela isonomia aos chefes de cartório



Ato dos servidores em Santos durante a greve de 2015



Depois da greve, o Sindicato passou a oferecer aulas de percussão gratuitas

Isonomia dos chefes de cartório

A equiparação salarial entre os chefes de cartórios eleitorais do interior e das capitais foi mais uma luta vitoriosa da categoria, com grande participação da nossa gestão à frente do Sintrajud. Desde 2004, os chefes de cartório do interior recebiam função comissionada de nível 1 (FC-1), enquanto os da capital recebiam FC-4.

A lei que pôs fim a essa injustiça foi sancionada em julho de 2015, após forte mobilização

dos servidores, principalmente da Justiça Eleitoral, com apoio do Sintrajud, de outros sindicatos e da Fenajufe.

Foi necessária, porém, uma nova mobilização para destinar verbas orçamentárias e possibilitar a aplicação da lei, o que só foi conseguido em 2016. Mais uma vez nossa gestão apoiou o movimento dos chefes de cartório, inclusive com a organização e o financiamento de caravanas a Brasília, entre outras atividades.

13,23%

Outra batalha que travamos ao longo da gestão foi pelo pagamento do retroativo e da incorporação do reajuste de 13,23% para os servidores. O departamento jurídico do Sindicato ajuizou ação para obter o pagamento do reajuste aos filiados que o autorizaram a iniciar o processo. A ação chegou a ser julgada procedente, mas aguarda no TRF-3 o julgamento de um recurso. Alguns tribunais decidiram admi-

nistrativamente incorporar o reajuste aos vencimentos dos servidores, como o TST e o CJF.

No entanto, os pagamentos e incorporações foram suspensos por decisão do STF. O ministro Gilmar Mendes propôs sumula vinculante que considera inconstitucional a concessão do reajuste. O Departamento Jurídico do Sintrajud e a Fenajufe preparam manifestação ao STF para contestar a decisão.

Núcleo dos Oficiais de Justiça

O Núcleo dos Oficiais de Justiça teve intensa atividade durante a gestão. Suas reuniões mensais, acompanhadas pelo Departamento Jurídico, têm sido um espaço para esclarecer dúvidas e discutir

as pautas do segmento, como condições de trabalho, falta de nomeações e insegurança nas ruas, além de encaminhar questões políticas e administrativas aos tribunais.

Núcleo de Aposentados

Os servidores aposentados também fizeram parte da nossa gestão. Toda quarta-feira, os aposentados participam da reunião do Núcleo de Aposentados do Sintrajud (NAS) para discutir as mobilizações do segmento. A luta pela aprova-

ção da PEC 555, que acaba com a contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas do serviço público, é uma das pautas desses servidores. Depois da reunião, os servidores têm aula de dança, oferecida gratuitamente pelo Sindicato.

REPOSIÇÃO SALARIAL

Servidores recebem em junho a 4ª parcela

Vencimentos vão subir 3,38%, mas a folha de pagamento teria de aumentar 56,73% para recuperar poder de compra do PCS 3

Os servidores do Judiciário Federal recebem no mês que vem a 4ª parcela da reposição salarial conquistada no ano passado, após uma das maiores greves da história da categoria. A 4ª parcela corrige os vencimentos dos servidores em 3,38% sobre o total representado pelo Vencimento Básico (VB) mais a Gratificação da Atividade Judiciária (GAJ).

Com isso, o reajuste acumulado desde julho, quando foi sancionada a Lei 13.217/2016, varia entre 16,3% e 18,3%, dependendo do cargo e do padrão na carreira. A lei parcelou o reajuste, que vai de 38,46% a 40,84%, em oito parcelas semestrais, a serem pagas até janeiro de 2019.

Para obter o reajuste, a categoria atravessou oito anos de campanhas salariais que culminaram nas grandes mobilizações de 2015, quando

o Congresso Nacional chegou a ficar cercado por servidores de todo o país, que exigiam a aprovação do projeto de lei, o então PLC 29.

Nos dois últimos anos antes da aprovação da lei, a inflação havia atingido patamares insustentáveis diante do congelamento salarial imposto praticamente desde o último Plano de Cargos e Salários (PCS 3), em 2006. Desde então, haviam sido concedidos apenas três reajustes anuais de 5% (que totalizaram 15,76%), em 2013, 2014 e 2015, mas que se estenderam a quase todo o funcionalismo federal e não apenas aos servidores do Judiciário.

Perdas para a inflação

Segundo o economista Washington Moura Lima, assessor do Sintrajud, para os servidores recuperarem

o poder de compra que tinham em junho de 2006 (quando da aprovação do PCS 3), a folha de pagamento do Judiciário deveria ser reajustada em 56,73%. O economista calculou essa perda com base no índice do Custo de Vida (ICV) do Dieese (veja estudo disponível no site do Sintrajud).

Os cálculos apontam que a inflação acumulada nesse período de quase 11 anos chega a 91,41%. Já a folha de pagamento dos servidores subiram apenas 22,13%, considerando o reajuste obtido no ano passado pela categoria e os três reajustes anuais concedidos a todo o funcionalismo.

“Só para se ter melhor noção da gravidade da situação, mesmo no período em que foram concedidos os reajustes anuais de 5% para todos os servidores, de janeiro de 2012 a dezembro de 2015, a inflação foi de

34,23%, muito maior do que esse reajuste, que acumulou 15,76%”, explica o economista.

A aplicação das próximas parcelas da reposição salarial obtida no ano passado não impedirá os servidores de continuarem sofrendo perdas em relação à inflação, de acordo com os cálculos do assessor do Sintrajud. Estimando uma inflação anual de 6% até janeiro de 2019, Washington aponta que os servidores chegarão a 2019 com a necessidade de um reajuste de 51% para recuperar o poder aquisitivo de junho de 2006.

Veja a tabela salarial de junho no site do Sintrajud

Eleições Sintrajud

Roteiro das urnas

ampliação de dias e horários

Ampliação de urnas para dois dias de coleta

Capital - Grandes Prédios - Urnas fixas

LOCAL	DIA 25	DIA 26	HORÁRIO
JF - ADMINISTRATIVO RIO CLARO	FIXA	FIXA	09h às 20h
JF - ADMINISTRATIVO PEIXOTO GOMIDE	FIXA	FIXA	09h às 20h
JF - TORRE BETA - CRIM. E PREV.	FIXA	FIXA	09h às 20h
JF - EXECUÇÕES FISCAIS	FIXA	FIXA	09h às 20h
JEF - CAPITAL	FIXA	FIXA	09h às 20h
TRT FORUM RUY BARBOSA	FIXA	FIXA	09h às 20h
TRE - DR FALCÃO	FIXA	FIXA	10h às 19h
TRE - MIQUELINA/BRIGADEIRO	FIXA	FIXA	09h às 20h

Ampliação de horário e alteração de datas

LOCAL	DIA 25	DIA 26	HORÁRIO
JF - ADMINISTRATIVO PÇA DA REPUBLICA+ JEF CENTRAL CONCILIAÇÃO	—	FIXA	10h às 18h
JT GUARULHOS	FIXA	—	10h às 18h
JF GUARULHOS/JEF GUARULHOS	—	FIXA	10h às 18h

Ampliação de horários

Capital - Grandes Prédios - Urnas fixas

LOCAL	DIA 25	DIA 26	HORÁRIO
JF VEMAG E TRF PRES. WILSON	FIXA		10h às 17h

Itinerantes Capital

LOCAL	DIA	HORÁRIO
TRT AV. RIO BRANCO	25	10h às 14h
JUSTIÇA MILITAR		15h às 19h
TRE MAJOR DIOGO	26	10h às 18h

Grande São Paulo e Baixada Santista

LOCAL	DIA	HORÁRIO
JT MAUÁ	25	Entre 15h e 19h
339 ZE DE MAUÁ		
JT RIBEIRÃO PIRES		Das 11h às 18h
382 ZE DE RIBEIRÃO PIRES		
JT OSASCO		Entre 12h e 18h
213 ZE DE OSASCO		
277 ZE DE OSASCO		
276 ZE DE OSASCO		
JEF e JF MOGI DAS CRUZES		Entre 10h e 18h
JT MOGI DAS CRUZES		
74/319 ZE DE MOGI DAS CRUZES		
JT CUBATÃO	26	9h às 16h
JT SÃO VICENTE		

Interior

JF SOROCABA /JEF SOROCABA	26	9h às 17h 13h às 15h30
137/271/343/357 ZE DE SOROCABA		

Inclusão de urnas

LOCAL	DIA 25	DIA 26	HORÁRIO
JT ARUJÁ	FIXA	—	10h às 11h
TRT ZONA SUL	—	FIXA	13h às 19h

Itinerantes Interior

LOCAL	DIA	HORÁRIO
JT RANCHARIA	25	12h30 às 19h
JT PINDAMONHANGABA	26	15h45 às 16h45
227 ZE COTIA		Entre 14h30 às 19h
346 ZE BUTNATÁ	25	Entre 12h às 18h
220 ZE VOTORANTIN	26	Entre 17h45 às 18h
162 ZE ADAMANTINA		Entre 17h30 às 18h
311 ZE PIRASSUNUNGA	25	Entre 12h às 12h30